

22 de janeiro de 1958

Seminário da quarta-feira de 22 de janeiro de 1958

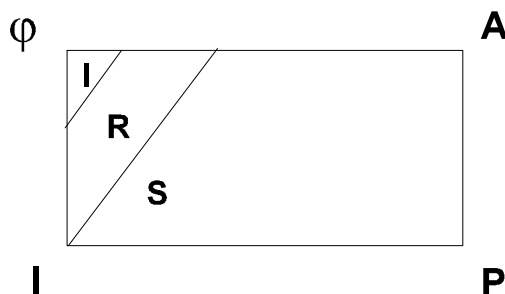
Vamos prosseguir nosso exame do que chamamos de a *metáfora paterna*.

Chegamos ao ponto em que afirmei que era nesta estrutura que aqui promovemos como sendo a estrutura da metáfora, que residiam todas as possibilidades de articular, claramente, o complexo de Édipo e seu mecanismo, a saber, o complexo da castração.

Àqueles que poderiam surpreender-se que chegássemos tão tarde a articular uma questão tão central na teoria e na prática analíticas responderemos que era impossível fazê-lo sem lhes ter provado em diversos terrenos, tanto teóricos como práticos, o que têm de insuficientes as fórmulas que são correntemente utilizadas na análise, e, sobretudo, sem lhes ter mostrado em que pode-se dar fórmulas mais suficientes, por assim dizer, para começar a articular os problemas, inicialmente habituando-os a pensar em termos, por exemplo, de *sujeito*

O que é um sujeito? Alguma coisa que se confunde pura e simplesmente com a realidade em sua frente quando vocês dizem *o sujeito*? Ou então, será que a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica, necessariamente, outra coisa? Eu quero dizer, a palavra é, sim ou não, algo que flutua acima dele como uma emanção ou se desenvolve por si mesma? Ela impõe por si mesma uma estrutura tal qual a que comentei durante muito tempo, à que eu já os acostumei, e que diz que, uma vez que há sujeito falante, está fora de cogitação reduzir para ele a questão de suas relações enquanto ele fala a um outro, simplesmente? Há sempre um terceiro, este grande *Outro* de quem falamos e que é constituinte da posição do sujeito enquanto fala, isto é, também do sujeito quando vocês o analisam. O que não é, simplesmente, uma necessidade teórica a mais. Isso traz facilidades de toda espécie quando se trata de compreender onde se situam os efeitos com os quais vocês lidam, eu quero dizer, o que ocorre quando vocês encontram no paciente, no *sujeito* a exigência, os desejos, um fantasma - o que não é a mesma coisa - e, também, algo que parece ser, em suma, o mais incerto, o mais difícil a entender, a definir: uma realidade.

Vamos ter a oportunidade de ver isso no lugar para onde avançamos agora, para explicar como o termo de *metáfora paterna*, isto é, o que foi constituído de uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, é, propriamente, a substituição do pai na qualidade de símbolo, na qualidade de significante em lugar da mãe. E veremos o que quer dizer este *em lugar*, que constitui o ponto-pivô, o nervo motor, por assim dizer, o essencial do progresso constituído pelo complexo de Édipo.



Lembremos que é disto que se trata. Lembremos os termos que propus no ano passado, concernentes às relações da criança e da mãe. Mas, lembremos também e primeiro, frente a esse triângulo imaginário que eu lhes ensinei no ano passado a manipular, no que diz

22 de janeiro de 1958

respeito às relações da criança e da mãe, lembremos frente a isso que admitir como fundamental o triângulo criança-pai-mãe é trazer algo que é real, sem dúvida, mas que já estabelece no real, quero dizer como instituído, uma relação simbólica, a relação criança-pai-mãe (desenho do triângulo no quadro) e, por assim dizer, objetivamente, para que vocês possam entender, enquanto podemos, nós, fazer dele um objeto, olhar para ele.

As primeiras relações de realidade se esboçam entre a mãe e a criança. É lá que a criança vai experimentar as primeiras realidades de seu contato com o meio vivo, o triângulo, na medida em que ele tem essa realidade pelo simples fato que nós fazemos entrar, para começar a desenhar objetivamente a situação, que fazemos entrar o pai no triângulo. O pai ainda não entrou para a criança. O pai, por outro lado, para nós ele *é* ele é real. Mas não esqueçamos que, para nós, só é real na medida em que as instituições lhe conferem, não direi sequer seu papel e sua função de pai, não é uma questão sociológica, mas lhe conferem seu *nome* de pai. Eu quero dizer que é preciso admitir isso: que o pai, por exemplo, é o verdadeiro agente da procriação, o que não é, em caso algum, uma verdade de experiência, pois no tempo em que os analistas discutiam ainda coisas sérias, ocorreu que se fez observar que, em tal ou tal tribo primitiva, a procriação era atribuída a não sei quê, uma fonte, uma pedra, ou o encontro de um espírito de lugares afastados, e sobre isso o Sr. Johns havia, com muita pertinência aliás, feito esta observação: é totalmente impensável que seres inteligentes — e para todo ser humano supomos um mínimo dessa inteligência — essa verdade de experiência é bem clara que, salvo exceção, mas exceção *excepcional*, uma mulher não gera se não houve coito, e ainda num período muito preciso. Mas, ao fazer essa observação que, repito, é particularmente pertinente, o Sr. André Johns deixava simplesmente de lado tudo o que é importante na questão.

Pois o que é importante na questão não é que as pessoas saibam, perfeitamente, que uma mulher não pode gerar a não ser mediante o coito, é que ela sanciona num significante que aquele com quem teve o coito é o pai. Pois, de outro modo, assim como é constituído por sua natureza, a ordem do símbolo, o significante, absolutamente nada impede que, no momento, o algo que é responsável pela procriação continue a ser mantido no sistema simbólico como idêntico a qualquer coisa, o que dissemos há pouco: a saber, uma pedra, uma fonte, o encontro de um espírito num lugar afastado.

A posição do pai como simbólico é algo que não depende do fato de que as pessoas tenham mais ou menos reconhecido a necessidade de uma certa consecução de acontecimentos tão diferentes como um coito e um parto. A posição do nome-do-pai como tal, a qualificação do pai como procriador, isto é um assunto que se situa ao nível do simbólico e que pode servir, que pode ser relacionado conforme as formas culturais, pois isso não depende da forma cultural. É uma necessidade da cadeia significante como tal. Pelo fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, algo responde ou não a essa função definida pelo nome do pai, e, no interior dessa função, vocês colocam as significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que, em caso algum, depende de outra necessidade a não ser da necessidade da função do pai, que ocupa o nome-do-pai na cadeia significante.

Penso já ter insistido bastante neste particular. Eis, pois, o que podemos chamar de *triângulo simbólico* na medida em que é instituído no real, a partir do momento em que há cadeia significante, em que há articulação de uma palavra.

Digo que há uma relação entre esse ternário simbólico e o ternário que apresentamos aqui no ano passado sob a forma do ternário imaginário que é, ele, da relação da criança à mãe,

22 de janeiro de 1958

na medida em que a criança se encontra na dependência do desejo da mãe, da primeira simbolização da mãe como tal, e nada mais do que isso, a saber, que ele desprende sua dependência efetiva de seu desejo do puro e simples vivido dessa dependência, a saber, que, por essa simbolização, algo é instituído, é subjetivado a um nível primeiro, primitivo; essa subjetivação consiste simplesmente em apresentá-la como esse ser primordial que pode estar aí ou não. Logo, no desejo, o desejo *dela* desse ser, é essencial. O que faz com que o que o sujeito deseja não seja simplesmente a apetição de seus cuidados, de seu contato, até mesmo de sua presença, é a apetição de seu desejo.

Nessa primeira simbolização o desejo da criança se afirma, dá início a todas as complicações ulteriores da simbolização, nisto: *que de é desejo do desejo da mãe*, e que, por isso mesmo, alguma coisa se abre, pela qual, virtualmente, o que a mãe deseja, objetivamente, ela própria na qualidade de ser que vive no mundo do símbolo, num mundo em que o símbolo está presente, num mundo falante, e mesmo se ela vive nele apenas parcialmente, se ela é ela mesma, como acontece, um ser mal adaptado a esse mundo do símbolo, ou que dele recusou certos elementos, abre, apesar de tudo, à criança, a partir dessa simbolização primordial, essa dimensão, que mesmo no plano imaginário a mãe não pode, como se diz, desejar *outra* no plano imaginário.

É assim que entra de uma maneira ainda confusa e toda virtual esse desejo *de outra coisa* do qual falei noutro dia, mas não de uma maneira de algum modo substancial e tal que possamos reconhecê-lo como fizemos no último seminário, em toda a sua generalidade, mas de um modo concreto. Há nela o desejo de outra coisa além de *satisfazer a mim, que começa a palpitar à vida, meu desejo*

E, nessa via, há ao mesmo tempo acesso e não acesso. Como conceber que, de algum modo, nessa relação de miragem pela qual o ser primeiro lê ou adianta a satisfação de seus desejos nos movimentos esboçados do outro, nessa adaptação *dual* da imagem à imagem que se faz em todas as relações inter-animais, como conceber que possa ser lido como num espelho, como se exprime a escrita: que outra coisa o sujeito deseja?

Com certeza é ao mesmo tempo dificilmente pensável e muito dificilmente efetuada, pois é bem aí que reside todo o drama do que acontece em certo nível de direcionamento do nível primitivo, que se chama *as perversões*. É dificilmente efetuada nesse sentido em que é efetuada de uma maneira culposa, mas é efetuada assim mesmo. É efetuada certamente não sem a intervenção de alguma coisa a mais, pois a simbolização não basta para constituí-la. A simbolização primordial dessa mãe que *vai e vem* que chamam, que ela não está lá e que, como tal, quando está lá, rechaçam para poderem chamá-la de novo, é preciso que haja algo mais. Esse algo mais é, precisamente, a existência por detrás dela de toda essa ordem simbólica, da qual ela depende, e que já está sempre mais ou menos presente, permitindo certo acesso a esse objeto, seu desejo, que já é um objeto de tal modo especializado, de tal modo marcado pela necessidade instaurada pelo sistema simbólico, que é absolutamente impensável de outro modo em sua prevalência e que se chama o falo. Esse falo em torno do qual fiz girar toda nossa dialética da relação de objeto ano passado.

Por quê? Por que esse objeto privilegiado, se não é por alguma coisa que ele necessita aí, em seu lugar, na medida em que é privilegiado na ordem simbólica? É nisso que vamos entrar agora com mais detalhes, e vamos ver como, não simplesmente por uma simples relação de simetria, aquela que se explica nesse desenho e que faz com que aqui *falo* esteja no ângulo superior do ternário imaginário (esquema no quadro), da mesma maneira que, aqui, *pai* está no ângulo superior do ternário simbólico. Como explicar que haja entre os

22 de janeiro de 1958

dois essa ligação, e como explicar que eu possa já lhes adiantar que essa ligação é de ordem metafórica?

Pois bem, é justamente isso que nos leva para o interior da dialética do complexo de Édipo. É no complexo de Édipo que podemos verificar isso, eu quero dizer, procurar articular passo a passo — e foi o que Freud fez, o que outros fizeram após ele, e é aquilo que, lá dentro, ainda, não está muito claro nem muito claramente simbolizado — procurar ir para vocês mais longe, não apenas para a satisfação de nosso espírito, mas porque, se não a articularmos, passo a passo, essa *gênese* que faz com que a posição do significante do pai no símbolo seja fundadora da posição do falo no plano imaginário, se isso exigir uma, duas, três etapas nos tempos — se se pode dizer — lógicos da constituição desse falo no plano imaginário como objeto privilegiado prevalente, se esses tempos são claramente distintos e se de sua distinção resulta que nós podemos nos orientar melhor, interrogar melhor o doente no exame e o senso da clínica e a conduta do tratamento, então, isso justificará nossos esforços e parece-nos que na presença das dificuldades que encontramos, precisamente na clínica, no interrogatório, no exame e na manobra terapêutica, esses esforços estão desde agora e de antemão justificados.

Observemos esse *desejo do outro* que é o desejo da mãe, que comporta este *além*. Dizemos que para atingir este *além* — e já somente para alcançar este além da mãe, desejo da mãe como tal, uma mediação é necessária — essa mediação é, precisamente, dada pela posição do pai na ordem simbólica.

Ao invés de procedermos, dogmaticamente, nós mesmos, vejamos como, para nós, a questão, no concreto, se apresenta. Vemos que há estados, casos, etapas também em estados muito diferentes, em que a criança se identifica ao falo. Tudo isso foi objeto do caminho que percorremos no ano passado. Mostramos no fetichismo uma perversão exemplar nesse sentido, pois, ali, a criança tem uma certa relação com esse objeto do além do desejo da mãe, e, tendo notado a prevalência e o valor de excelência deste desejo — por assim dizer — a isso se prende, pela via, em suma, de uma identificação imaginária à mãe. Indicamos também que, em outras formas de perversão, e notadamente no transvestismo, é na posição contrária que a criança vai assumir a dificuldade da relação imaginária à mãe, a saber, que ela mesma se identifica, dizem, à mãe dotada de falo. Creio que, mais corretamente, é preciso dizer que é propriamente ao falo que ela se identifica na medida em que este falo está escondido debaixo das roupas maternas.

Lembro-lhes isso para mostrar-lhes que essa relação da criança ao falo é essencial enquanto o falo é objeto do desejo da mãe. Por sua vez, a experiência nos prova que esse elemento desempenha um papel ativo essencial nas relações que a criança tem com o casal parental. Já, na última vez, nós o lembramos no plano teórico na exposição do declínio do complexo de Édipo. Em relação ao Édipo que se chama de invertido, Freud destaca casos em que, para identificar-se à mãe, eu quero dizer na medida em que ela se identifica à mãe, a criança teme, tendo adotado essa posição ao mesmo tempo significativa e promissora, teme a consequência, portanto a privação que daí decorrerá para ela, se se trata de um menino, de seu órgão viril.

É uma via de indicação, mas que vai longe ainda. A experiência nos prova que o pai, considerado na medida em que priva a mãe deste objeto, nomeadamente do objeto fálico de seu desejo, desempenha um papel essencial em, não direi as perversões, mas em todas as neuroses, e eu direi em todo o curso, mesmo o mais fácil, o mais normal, do complexo de Édipo. Vocês encontrarão, com a experiência, na análise em que o sujeito tomou posição,

22 de janeiro de 1958

de certo modo, num momento de sua infância nesse particular, nesse particular do papel do pai, no fato de que a mãe não tem falo. Este momento nunca é elidido, este momento é aquele que, na nossa recordação da última vez, deixava aberta a questão da saída favorável ou desfavorável do Édipo, suspensa em torno dos três planos da castração, da frustração, da privação, exercidos pelo pai. Era no nível terceiro, aquele que, ao mesmo tempo, nos apresentava a questão porque ele é aquele em que é mais difícil entender alguma coisa, e aquele no qual, no entanto, dizem que se encontra toda a chave do Édipo, a saber, sua saída, a saber, finalmente, a identificação da criança ao pai. Esse nível é o do pai que priva alguém do que ele não tem afinal, isto é, o priva de alguma coisa que só tem existência contanto que vocês o façam surgir para a existência na qualidade de símbolo.

Está bem claro que o pai não castra a mãe de algo que ela não tem. Para que seja conceituado que ela não o tem, é preciso que, já, aquilo de que se trata seja projetado no plano simbólico na qualidade de símbolo. Mas é uma privação realmente, e toda privação real é alguma coisa que necessita da simbolização do que o paciente é privado. É, pois, no plano da privação da mãe que uma questão, em determinado momento da evolução do Édipo, se apresenta, para o sujeito, de aceitar, registrar, simbolizar ele mesmo, tornar significativa essa privação real da qual a mãe é objeto. Essa privação, o sujeito infantil a assume ou não a assume, a aceita ou a recusa. Esse ponto é essencial, vocês o encontrarão em todos os cruzamentos, a cada vez que sua experiência os levar a determinado ponto que agora procuramos definir como *nodal* no Édipo.

Chamemo-lo de *ponto nodal*. Tive a idéia agora, não faço tanta questão assim. Eu quero dizer com isso que ele não coincide, longe disso, com esse momento do qual procuramos a chave, que é o declínio do Édipo, seu resultado, seu fruto no sujeito. Mas há um momento em que o pai entra em função como privador da mãe, isto é, se perfila atrás dessa relação da mãe ao objeto de seu desejo como alguma coisa, se quiserem, que *castra*, mas aqui só coloco entre aspas porque o que é castrado, na oportunidade, não é o sujeito, é a mãe.

Este ponto não é muito novo. O que é novo é apontá-lo precisamente, é voltar seus olhares para esse ponto na medida em que ele nos permite compreender daí o que antecede, sobre o que já temos algumas luzes, e o que vai se seguir.

A experiência, em todo caso - não duvidem disso, e vocês poderão controlá-lo, confirmá-lo, a cada vez vocês terão a oportunidade de vê-lo - a experiência prova que, em toda a medida que o sujeito não transpõe esse ponto nodal, isto é, não aceita essa privação do falo na mãe operada pelo pai, observa-se que está na regra, e eu sublinho esse *na regra* porque lá não tem simplesmente uma importância de correlação ordinária, mas de correlação fundada na estrutura. É em toda medida em que a criança mantém por si mesma uma certa forma de identificação a esse objeto da mãe, a esse objeto que eu lhes represento desde a origem, para empregar a palavra que surge lá, como objeto *rival*, por assim dizer. De qualquer maneira sempre que se trate de fobia, neurose ou perversão, vocês encontrarão um elo; é um ponto de referência — talvez não exista palavra melhor — em torno de que vocês poderão reagrupar os elementos da observação a partir dessa questão que vocês farão a si mesmos no caso particular. Qual é a configuração especial dessa relação à mãe, ao pai, e ao falo que faz com que a criança não aceite que a mãe seja privada pelo pai de alguma coisa que é objeto de seu desejo, e em que medida, em tal caso, convém indicar que em correlação com essa relação, ela, a criança mantém sua identificação ao falo?

Há graus, naturalmente. Essa relação não é a mesma na neurose ou na psicose do que na perversão. mas essa configuração é nodal, vocês vêm. A esse nível, a questão que se

22 de janeiro de 1958

apresenta é: *ser ou não ser, to be or not to be* o falo. No plano imaginário, trata-se para o sujeito de ser ou de não ser o falo, e a fase que deve ser atravessada é esta: o sujeito escolherá num momento; quando eu digo *escolherá*, coloquem também este *escolherá* entre aspas, pois, naturalmente, o sujeito se encontra aí tão passivo quanto ele é ativo pela razão bem simples que não é ele quem puxa os cordões do simbolismo; a sentença foi começada antes dele, foi começada, precisamente, pelos seus pais, fato ao qual quero levá-los. É precisamente à relação de cada um desses pais a essa sentença iniciada e ao modo como convém que a sentença seja sustentada por uma certa posição recíproca desses pais em relação a essa sentença.

Mas digamos, pois é preciso expressar-se, que lá está, se quiserem, ao neutro, uma alternativa: ser ou não ser esse falo. Vocês percebem que um passo considerável deve ser dado para entender, simplesmente, o de que se trata entre esse ser ou não ser o falo, e o de que se trata em um momento qualquer. É preciso assim mesmo aguardá-lo e encontrá-lo, o que é completamente diferente, que é *ter ou não ter*; como dizem também, para alicerçar sobre outra citação literária. Em outras palavras, ter ou não ter o pênis.

Não é a mesma coisa. É preciso que algo tenha sido transposto entre um e outro, e, não esqueçamos que o de que se trata no complexo de castração é este algo que nunca é articulado, que se faz quase que completamente misterioso, pois sabemos que é do complexo de castração que dependem esses dois fatos: que, de um lado, o menino se torne homem, do outro, se torne mulher; mas que esse assunto de ter um ou de não ter é solucionado por aquele que, no fim, está com direito de tê-lo, isto é, o homem, por intermédio de algo que se chama de complexo de castração. Por conseguinte, supõe que, para tê-lo, é preciso que haja um momento onde ele não o tenha tido, isto é, que não o chamaria de complexo de castração se, de certo modo, isso não colocasse para o primeiro plano isto: que, para tê-lo, é preciso primeiro que tenha sido admitido que se pode não tê-lo, que essa possibilidade de ser castrado é essencial na assunção do fato de tê-lo, o falo.

É esse passo que deve ser dado, é lá que deve intervir a qualquer momento, eficazmente, realmente, efetivamente, o pai, pois vocês vêem que, até o presente, pude — o próprio fio do meu discurso o indicava — pude só lhes falar de coisas a partir do sujeito; ele aceita ou não aceita. Na medida em que ele não aceita, aquilo o leva, homem ou mulher, a ser o falo. Mas agora, para o passo seguinte, é essencial fazer intervir efetivamente o pai, não digo que ele já não intervenha, efetivamente, antes, mas que meu discurso pôde, até o momento, deixá-lo no segundo plano, ou mesmo fazer sem ele. Ao passo que a partir de agora quando se trata de tê-lo ou de não tê-lo, somos forçados a levar em conta *de* que, primeiro, sublinho, deve estar fora do sujeito constituído como símbolo. Pois se ele não estiver fora do sujeito constituído como símbolo, ninguém vai poder intervir realmente como revestido desse símbolo, mas é como uma personagem real, como revestido desse símbolo que ele vai intervir agora efetivamente na etapa seguinte.

É lá que se encontram, na instância do pai real, as diferentes fases sob as quais evocamos, na última vez, a saber, o pai real na medida em que pode fazer uma interdição; e fizemos observar que, no tocante, por exemplo, à interdição das primeiras manifestações do instinto sexual que começa a aparecer na sua primeira maturidade no sujeito, as primeiras vezes em que o sujeito constata a existência de seu instrumento e, até mesmo, o exige, oferece seus serviços à mãe, faz-lhe propostas, a maior parte do tempo, o que ocorre é alguma coisa que, como vimos no ano passado a propósito do pequeno Hans, ocorre no plano da comparação, da depreciação imaginária. À mãe basta mostrar à criança o quanto o que ela

22 de janeiro de 1958

lhe oferece é insuficiente. Ela basta também para fazer a interdição do uso do novo instrumento.

O pai entra em jogo, claro, como portador da lei, como interditor do objeto que é a mãe. Isso, já sabemos, é fundamental, mas está totalmente fora do assunto tal como é, efetivamente, posto em jogo com a criança. Sabemos que a função do pai, o nome-do-pai está ligado à interdição do incesto, mas ninguém jamais pensou em colocar no primeiro plano do complexo de castração o fato de que o pai, efetivamente, promulga a lei da interdição do incesto. Dizem-no algumas vezes, mas jamais isso é articulado pelo pai, se eu posso dizer, na qualidade de legislador *ex cathedra*. Ele faz obstáculo entre a criança e a mãe, ele é o portador da lei, se eu posso dizer, de direito, mas na realidade ele intervém de outro modo, e eu direi que é de outro modo também que se manifestam suas faltas de intervenção. É isso que examinamos de perto. Em outras palavras, é o pai na qualidade de portador, culturalmente, da lei, o pai na medida em que investido pelo significante do pai, intervém no complexo de Édipo de uma maneira mais concreta, mais escalonada, se eu posso dizer, que se trata agora de articular e que é o que queremos articular hoje.

E é aqui que convém reconhecer a *não-utilidade* do pequeno esquema que eu comentei durante todo o primeiro trimestre, provocando, parece, o cansaço de alguns; não parece, contudo, ser completamente inútil.

Lembro-lhes aquilo ao que é preciso sempre voltar, que é porque e na medida em que a intenção, eu quero dizer: *o desejo passado ao estado de demanda* no sujeito, atravessou alguma coisa que, desde já, é constituída, a saber, que para aquilo a que ele se dirige, a saber, seu objeto primordial, a mãe, o desejo é alguma coisa que se articula, e, de algum modo, todo seu progresso, toda sua entrada neste mundo, este baixo mundo que não é, simplesmente, um mundo no sentido de que se pode, lá, encontrar como saturar suas necessidades, mas um mundo onde reina a palavra, é que ele submete o desejo de cada um à lei do desejo do Outro. Mas por esse simples fato, na medida em que transpõe, mais ou menos, felizmente, essa linha da cadeia significante na medida em que ela está presente, latente e já estruturante, a mãe, que a demanda do jovem sujeito, o primeiro teste que ele fez de sua relação ao primeiro *Outro* aquele que é sua mãe na medida em que já simbolizou, é na medida em que ele já a simbolizou que ele se dirige a ela de uma maneira que é talvez mais ou menos balbuciante, mas que já está articulada, pois essa primeira simbolização está ligada às primeiras articulações. É, pois, na medida em que essa intenção, esse pedido atravessou a cadeia significante que ela pode fazer-se valer junto ao objeto materno.

Nessa medida, a criança que constitui sua mãe como sujeito, por fundamento da primeira simbolização, ela própria se encontra inteiramente submetida ao que podemos chamar, mas unicamente por antecipação, de *a lei*, mas que é apenas uma metáfora. Eu admito que é preciso desenrolar a metáfora que há nesse termo *a lei* para dar sua verdadeira posição a esse termo no momento em que eu o emprego.

A lei da mãe, é, claro, o fato de que a mãe é um ser falante e isso basta para legitimar que eu diga *a lei da mãe*. No entanto, essa lei é, se eu posso dizer, uma lei incontrolada. Essa lei é também, em todo caso, para o sujeito, simplesmente o fato que há *lei*, isto é, que alguma coisa de seu desejo está completamente dependente de alguma coisa que, sem nenhuma dúvida, já se articula, a saber, como tal, e da ordem da lei. Mas esta lei está toda, inteira, no sujeito que a suporta, a saber, no bem ou no mal querer da mãe, a boa ou a má mãe. E é por isso que eu lhes proponho este termo novo que, vocês vão ver, não é tão novo assim, basta empurrá-lo um pouco para fazê-lo encontrar alguma coisa que a língua não

22 de janeiro de 1958

encontrou por acaso. O princípio que adiantamos aqui é que não há sujeito sem haver significante que o funde. É na medida em que houve essas primeiras simbolizações constituídas pelo par significante, o primeiro sujeito e a mãe, que é preciso saber o que isso quer dizer em relação aos termos realidade ou não-realidade no início da vida da criança, auto-erotismo ou não auto-erotismo; vocês verão as coisas clarearem singularmente a partir do momento em que vocês formularem perguntas, logo, em relação ao sujeito, à criança, aquela de onde emana a demanda, aquela em quem se forma o desejo. Toda a análise é uma dialética do desejo.

A criança se esboça como *assujeito* [*assujei*]. É um *assujeito* porque ela experimenta e se sente, inicialmente, como profundamente *assujeitada* ao capricho daquilo de que ela depende, mesmo se esse capricho é um capricho articulado. O que eu lhes adianto é necessário em toda nossa experiência.

Por exemplo, tomo o primeiro exemplo que me chega à mente, vocês puderam ver no ano passado que o pequeno Hans, que encontra uma saída tão atípica ao seu Édipo, isto é, justamente que não encontra a saída que vamos agora procurar designar, que só encontra uma suplência, a quem é preciso esse cavalo para toda obra, para servir-se de tudo o que vai lhe faltar nesse momento de transposição que é a etapa propriamente da assunção do simbólico como complexo de Édipo, para onde eu os levo hoje, que supre, portanto, por esse cavalo, que é ao mesmo tempo o pai, o falo, a irmãzinha, tudo o que se quer, mas que é, essencialmente, alguma coisa que, justamente, corresponde ao que eu vou mostrar-lhes agora. Lembrem-se como ele sai daí e como isso é simbolizado no último sonho; o que ele chama em lugar do pai, a saber, esse ser imaginário e onipotente que se chama o *encanador*; esse *encanador* está lá, precisamente para *desassujeitar* alguma coisa. Pois a angústia do pequeno Hans, é essencialmente, já lhes disse, a angústia desse *assujeitamento* na medida em que, literalmente, a partir de certo momento, ele realiza, pois estar assim *assujeitado*, não se sabe onde isso pode o conduzir. Vocês se lembram do esquema, o esquema do carro que vai embora, que encarna o centro de seu medo; e é, justamente, a partir daquele momento que o pequeno Hans instaura na sua vida um certo número de centros de medo, esses centros de medo em torno dos quais girará, precisamente, o restabelecimento de sua segurança, o medo, ou seja, alguma coisa que tenha sua fonte no real. O medo é um elemento da securização da criança, na medida em que é graças a esses medos que ele dá ao Outro, esse *assujeitamento* angustiante que ele realiza no momento em que aparece a falta desse domínio externo desse outro plano, onde é necessário que alguma coisa apareça para que ele não seja pura e simplesmente um *assujeito*

É aí que chegamos! É, pois, por aqui que se situa a observação de que esta *Outra* à qual ela se dirige, a saber, a *mãe*, tem uma certa relação, isso ainda, todos o dizem, todos o disseram, uma certa relação que é relação ao pai, e cada um viu que dessas relações ao pai dependem muitas coisas. A experiência nos provou que o pai, como dizem, não desempenha seu papel. Não preciso recordar-lhes que da última vez eu lhes falei de todas as formas de carência paterna concretamente designadas em termos de relações interhumanas. A experiência impõe, com efeito, que é assim, mas nada articula suficientemente que aquilo de que se trata não é tanto das relações da mãe com o pai no sentido vago, onde se trata de alguma coisa que é da ordem de uma espécie de rivalidade de prestígio entre os dois (a qual converge ao sujeito da criança, sem dúvida alguma). Esse esquema de convergência não é falso. A duplicidade das duas instâncias é mais que exigível, sem isso não poderia haver exatamente este ternário, mas isso não basta, e o que ocorre entre um e outro, todo mundo o admite, é realmente essencial.

22 de janeiro de 1958

E aqui chegamos ao que se chama de *as laços de amor e de respeito*, a posição da mãe — e nós recaímos na rotina da análise sociológica ambiental — em torno dos quais tais ou tais farão girar a análise inteira do caso do pequeno Hans, a saber, se a mãe era bastante gentil, afetuosa com o pai etc.

Sem articular o que é essencial, não se trata tanto das relações pessoais entre o pai e a mãe, e de saber se um e outro são competentes ou não. Trata-se, propriamente, de um momento que deve ser vivido como tal e que concerne às relações não simplesmente da pessoa da mãe com a pessoa do pai, mas da mãe com a palavra do pai, com o pai considerando que o que ele diz não é absolutamente equivalente a nada.

A função na qual: primeiro, o nome-do-pai intervém, único significante do pai; segundo, a palavra articulada do pai; terceiro, a lei, uma vez que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela, isto também é importante. Em outras palavras, a relação na qual a mãe funda o pai como mediador de alguma coisa que está além de sua lei, de sua própria lei, e de seu capricho, e que é, pura e simplesmente, a lei como tal, o pai, pois, na qualidade de nome-do-pai, isto é, assim como todo desenvolvimento da doutrina freudiana o anuncia e promove, a saber, como estreitamente ligado a essa enunciação da lei, é isso que é essencial e é nisso que ele é aceito ou que ele não é aceito pela criança como aquele que priva ou não a mãe do objeto de seu desejo.

Em outras palavras, devemos, para entendermos o complexo de Édipo, considerar três tempos que vou procurar esquematizar com o auxílio de nosso pequeno diagrama do primeiro trimestre (desenho no quadro).

Primeiro tempo — O que a criança procura é *desejo de desejo*, poder satisfazer o desejo de sua mãe, isto é, *to be or not to be* o objeto do desejo da mãe, e, na medida em que ela introduz sua demanda, e onde, aqui, vai haver alguma coisa que é fruto, o resultado, e no caminho do qual se apresenta este ponto que corresponde ao que é *egg* e que é aqui seu outro *egg* aquilo com que ela se identifica, esta *Outra* coisa que ela vai tentar ser aí, a saber, o objeto satisfatório para a mãe. Assim que ela começar a mexer com alguma coisa na parte inferior da barriga ela começará a lhe mostrar, a saber, *se eu sou bem capaz de alguma coisa*, com as decepções que se seguem, ela o procura e ela o encontra. Na medida em que a mãe é interrogada pela demanda da criança, ela é também alguma coisa, ela, que está à procura de seu próprio desejo e em algum lugar por aí (o desenho no quadro negro) se encontram os componentes disso.

No primeiro tempo e na primeira etapa, trata-se disso: é que, de algum modo, em espelho, o sujeito se identifica com aquilo que é objeto do desejo da mãe, e é a etapa, se eu posso já dizer, fálica, primeva, aquela em que a metáfora paterna age em si, uma vez que, já, no mundo, a primazia do falo é instaurada pela existência do símbolo, do discurso e da lei.

Mas, a criança só pega o resultado disso: para agradar à mãe — se me permitirem andar rapidamente e empregar termos que contêm palavras-imagens — é preciso e basta ser o falo, e, nessa etapa, muitas coisas param, de certo modo. É quando a mensagem aqui se realiza de modo satisfatório que certos distúrbios e perturbações podem se fundar, dentre as quais essas identificações que qualificamos de *perversas*.

Segundo tempo — Disse-lhes que, no plano imaginário, o pai, realmente, intervém como privador da mãe, isto é, o que é aqui dirigido ao *outro* como demanda é reenviado a uma corte superior, se eu posso me expressar assim, é transmitido como convém, pois sempre, por certos lados, o que perguntamos ao *outro*, uma vez que ele o percorre na sua totalidade,

22 de janeiro de 1958

encontra no *outroeste* *Outro* do outro, a saber, sua própria lei. E é a esse nível que se produz alguma que faz com que o que pertence à criança seja pura e simplesmente a lei do pai na medida em que é imaginariamente concebida pelo sujeito como privando a mãe. É o estádio, se eu posso me expressar assim, modal e negativo pelo que esse algo que desprende o sujeito de sua identificação volta a ligá-lo, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei sob a forma do seguinte fato: que a mãe é, neste particular, dependente, dependente de um objeto, de um objeto que não é mais simplesmente, o objeto de seu desejo, mas um objeto que o outro tem ou não tem.

Na estreita ligação desse reenvio da mãe a uma lei que não é a dela com o fato de que, na realidade, o objeto de seu desejo é possuído, soberanamente, por esse mesmo *Outro* à lei do qual ela reenvia, tem-se a chave da relação do Édipo e o que faz o caráter tão essencial, tão decisivo dessa relação da mãe na medida em que eu lhes peço isolá-la como relação não ao pai, mas à palavra do pai.

Lembrem-se do pequeno Hans, no ano passado. O pai é muito gentil, ele está sempre presente, ele é muito inteligente, ele é muito amigo de Hans, parece não ter sido um imbecil, ele levou o pequeno Hans a Freud, o que, na época, era prova de espírito esclarecido. No entanto, o pai é totalmente inoperante, mas há uma coisa muito clara, é que quaisquer que sejam as relações entre essas duas personagens parentais, o que o pai diz é exatamente como se ele perdesse seu tempo, eu quero dizer, junto à mãe. A mãe, observem, em relação ao pequeno Hans é ao mesmo tempo entediante, isto é, vive o papel castrador que se poderia ver atribuído ao pai, mas no plano real ela lhe diz: *Não mexa com isso, é repugnante*, o que não impede que, no plano prático, ela admita completamente o pequeno Hans na sua intimidade, isto é, ela lhe permite, o estimula a desempenhar essa função do objeto imaginário, pelo qual, efetivamente, o pequeno Hans lhe presta os maiores serviços. Ele encarna realmente para ela seu falo e o pequeno Hans como tal é mantido na posição de *assujeitado*. Ele é *assujeitado* e é essa toda a fonte de sua angústia e de sua fobia. É por isso que já a posição do pai é questionada, pelo fato de que não é sua palavra que faz a lei à mãe que o problema é introduzido. Mas não é só isso, parece que no caso do pequeno Hans o que vai acontecer agora, isto é, o terceiro tempo, esse terceiro tempo é essencial e também faz falta. É por isso que eu assinalei no ano passado que a resolução do complexo de Édipo no caso do pequeno Hans é uma resolução falseada que o pequeno Hans, embora tenha saído dela, graças à sua fobia, terá uma vida amorosa que será totalmente marcada por certo estilo, estilo imaginário do qual indicarei os prolongamentos a propósito do caso de Leonardo da Vinci.

Esta terceira etapa é a seguinte, e ela é tão importante quanto a segunda, pois é desta que depende a resolução do complexo de Édipo: aquilo que o pai mostrou que ele dava na qualidade de portador da *lei*, é dele que depende ou não a posse ou não pelo sujeito paterno desse falo. É na medida em que essa etapa foi atravessada que, no segundo tempo, o que o pai, se eu posso dizer, na qualidade de defensor da *lei*, o que o pai prometeu, é preciso que ele cumpra. Ele pode dar ou recusar na medida em que ele o tem, mas o fato de que tem o falo, é preciso que em dado momento ele dê prova disso; é por isso que ele intervém no terceiro tempo como aquele que tem o falo e não aquele que o é, e que pode ocorrer algo que reinstaura a instância do falo como objeto desejado pela mãe e não mais somente como objeto de que o pai pode privá-la. O pai onipotente é o que priva; é aliás nesse estádio que pararam, até certo momento, as análises do complexo de Édipo, na época em que se pensava que todos os estragos do complexo de Édipo dependiam da onipotência do

22 de janeiro de 1958

pai; só se pensava naquele tempo apenas que não se ressaltava que a castração que nele ocorre era a privação da mãe e não da criança.

O terceiro tempo é o seguinte. É quando o pai pode dar à mãe o que ela deseja, pode dá-lo porque ele o tem, e aqui intervém o fato, precisamente, da potência, no sentido genital do termo, digamos que o pai é um pai *potente*, que, nesse terceiro tempo, se produz a restituição, se vocês quiserem, da relação da mãe ao pai no plano real; que a relação como tal do outro que é o pai com o ego (ver esquema) da mãe e o objeto de seu desejo, e aquilo em que pode se identificar, ao nível inferior, onde a criança está em posição de demandador, que a identificação pode ocorrer nessa instância paterna que foi realizada aqui nesses três tempos:

1. Sob forma velada onde, como ainda não aparecido, mas pai existente na realidade mundana, eu quero dizer no mundo, porquanto no mundo reina a lei do símbolo, já a questão do falo é apresentada em algum outro lugar na mãe, onde a criança deva assinalar.
2. De sua presença privadora, já que é ele quem suporta a lei, e isso se faz não mais de uma maneira velada mas de uma maneira mediada pela mãe, que é aquela que o apresenta como aquele que faz a lei.
3. O pai como revelado — é revelado como o que *o tem* — é a resolução do complexo de Édipo, e uma resolução favorável na medida em que a identificação ao pai se faz nesse terceiro tempo, no momento em que ele intervém na qualidade daquele que *o tem*. É uma identificação que se chama de *ideal do eu* [*moi*] e que vem, nesse nível, no triângulo simbólico, precisamente lá, no pólo onde está a criança, e uma vez que é no pólo materno que tudo o que vai, a seguir, ser realidade, começa a se constituir. E é ao nível do pai que tudo o que vai ser, depois, *super-eu* [*surmoi*] começa a se constituir.

É na medida em que o pai intervém como real e como pai potente no terceiro tempo, aquele que sucede à privação ou à castração que diz respeito à mãe, à mãe imaginada ao nível do sujeito, na sua própria posição imaginária de dependência, é porquanto ele intervém no terceiro tempo como aquele que o tem, que ele é interiorizado como *ideal do eu* [*moi*] no sujeito e que, se eu posso dizer assim, não esqueçamos, naquele momento o complexo de Édipo declina.

O que significa isso? Isso não quer dizer que naquele momento a criança vai entrar no exercício de todos os seus poderes sexuais, vocês bem o sabem. Muito pelo contrário. Ela não os exerce absolutamente. A resolução do complexo de Édipo consiste nisto: com efeito, pode-se dizer que, aparentemente, ela não conserva o exercício dessas funções que haviam começado a despertar.

Todavia, se tudo o que Freud articulou tem sentido, isso quer dizer que ele possui todas as possibilidades de utilizá-lo no futuro. A metáfora paterna desempenha ali um papel que é exatamente aquele que podíamos esperar por parte de uma metáfora: é chegar à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante que se encontra lá, de reserva; a significação disso se revelará mais tarde. A criança tem todos os direitos de ser um homem. O que será mais tarde contestado relativamente aos seus direitos no momento da puberdade é porque haverá alguma coisa que não terá completamente preenchido essa identificação metafórica à imagem do pai, quando for realizada, mas através desses três tempos.

22 de janeiro de 1958

Vale observar nessa oportunidade que isso quer dizer que por ser viril o homem é sempre mais ou menos sua própria metáfora. É mesmo o que coloca no termo de virilidade essa espécie de sombra de ridículo, que deve assim mesmo ser mencionada.

Ressalto que a resolução do complexo de Édipo é diferente, como cada um sabe, para a mulher, uma vez que, para ela, essa terceira etapa, como Freud ressalta — leiam seu artigo sobre o declínio do Édipo — para ela, é muito mais simples. Ela não precisa fazer essa identificação, nem conservar esse título à virilidade; ela, ela sabe onde está, ela sabe onde deve ir tomá-lo, é do lado do pai, para aquele que o tem, e isso também lhes indica em que o que se chama de feminilidade, uma verdadeira feminilidade tem sempre um pouco também uma dimensão de alibi, as verdadeiras mulheres sempre têm algo um pouco hesitante. É uma sugestão que eu quero fazer, unicamente, para enfatizar a dimensão concreta na qual se situa este desenvolvimento.

Para voltar ao assunto e concluir justificando meu termo de *metáfora*, que é, hoje, apenas um diagrama como vocês percebem. Voltaremos para cada uma dessas etapas e veremos o que se prende. Observem bem o de que se trata aqui, é, ao nível mais fundamental, exatamente a mesma coisa que o que se chama no terreno maníaco e comum no estudo da língua, metáfora, pois a metáfora com a fórmula que eu lhes dei, isso nada quer dizer a não ser isso: que as duas cadeias, dos **SSS**, **S'S'S'**, **S''S''** (inscrição no quadro negro) que são significantes em relação a tudo o que circula como significados ambulantes porque estão sempre deslizando; a fixação de que falo ou ainda o *ponto de amarração* [*point de capota*] é somente um assunto mítico, pois jamais ninguém pôde fixar uma significação a um significante; mas, por outro lado, o que se pode fazer é fixar um significante a um significante e ver no que isso dá.

Mas, nesse caso, ocorre sempre algo novo que às vezes é tão inesperado como uma reação química, a saber, o aparecimento de uma nova significação; na medida em que o pai está no significante, no Outro, o significante que representa simplesmente isto: a existência do elo da cadeia significante como tal; uma vez que ele se coloca, se eu posso dizer, acima da cadeia significante, numa posição metafórica, é porque a mãe faz do pai aquele que sanciona pela sua presença a existência como tal do lugar da lei, é porque ela faz isso e unicamente nessa medida. E isso deixa, pois, bastante margem aos modos e meios nos quais isso pode se realizar, e é porque também é compatível. É nessas condições que o terceiro tempo do complexo de Édipo pode ser transposto, isto é, na etapa da identificação, na qual se trata, para o menino, de identificar-se ao pai na qualidade de possuidor do pênis, e para a filha, de reconhecer o homem como aquele que o possui. Veremos a continuação da próxima vez.